

“Por ser público e notório”: notas sobre informação na economia da América Lusa (séculos XVIII e XIX)

*“For being public and notorious”: notes about information in
the Luso America economy (centuries 18th and 19th)*

Tiago Luís Gil

Fábio Pesavento**

Resumo

Este artigo pretende apresentar alguns elementos para pensar o acesso à informação entre meados do século XVIII e inícios do XIX na América portuguesa, tendo em conta o ambiente institucional característico daquela sociedade. Entre os principais pontos que serão tratados, estão os métodos e fontes que podem contribuir para tal investigação, assim como quais seriam as instituições que facilitavam o acesso à informação. Entre as instituições que viabilizavam o acesso à informação, destacam-se o parentesco, as redes sociais, determinados tipos de reputação, como a produzida pela hierarquia social, pelo *status* e pela conduta pública.

Palavras-chave

Informação. Instituições. Confiança. Redes sociais.

Abstract

This article intend to present some elements to think about access to information between mid-eighteenth century and the early nineteenth century in Portuguese America, taking into account the typical institutional environment of that society. The methods and sources that can contribute to this research will be the main points discussed here as well as what were the institutions that facilitated access to information. Among the social institutions, that made feasible to have access to information, should be highlighted the kinship, social networks, certain types of reputation, such as produced by social hierarchy, the status and public conduct.

* Professor do Departamento de História da Universidade de Brasília.

** Professor coordenador do Núcleo de Economia Empresarial da Escola Superior de Propaganda e Marketing-SUL.

Information. Social institutions. Confidence. Social networks.

Introdução

Os estudos sobre o acesso e manejo da informação vêm contribuindo para colocar em xeque diversos pontos da teoria econômica neoclássica. Esses estudos, imersos na chamada Nova Economia Institucional, incorporam ao cálculo econômico os custos de acesso à informação, assim como a manutenção e modificação dessa variável no desenrolar das transações¹.

Este artigo pretende apresentar alguns elementos para pensar o acesso à informação entre meados do século XVIII e inícios do XIX na América portuguesa, tendo em conta o ambiente institucional característico daquela sociedade. Entre os principais pontos que serão tratados estão os métodos e fontes que podem contribuir para tal investigação, assim como as instituições que facilitavam o acesso à informação. Para formular as hipóteses com maior rigor, foram utilizados dados empíricos produzidos para duas investigações, uma delas sobre o mercado de crédito na rota de animais entre Viamão e Sorocaba no período de 1780 a 1810 e outra sobre os negociantes de grosso trato da praça do Rio de Janeiro na segunda metade do XVIII.

Estudos sobre circulação de informações em história não são muito comuns. Um trabalho pioneiro é *O grande medo de 1789*, de Georges Lefebvre, publicado em 1932, que trata da circulação de boatos e notícias alarmantes em meio à Revolução Francesa². Na Antropologia, esse tipo de investigação é mais frequente, sendo bastante conhecido *The Bazaar economy*, de Clifford Geertz, publicado em 1978³. Na história econômica, os estudos de J. L. Rosenthal, Gilles Postel-Vinay, Philip Hoffman vêm se destacando nesse sentido, quando analisam o mercado de crédito de Paris do Antigo Regime⁴.

¹ Especialmente: STIGLITZ, Joseph. Credit rationing in markets with imperfect information. *The American Economic Review*, v. 71, n. 3, p. 393-410, jun. 1981.

² LEFEBVRE, Georges. *O grande medo de 1789*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

³ GEERTZ, Clifford. The Bazaar economy: information and search in Peasant Marketing. *The American Economic Review*, v. 68, n. 2, p. 28-32, maio 1978.

⁴ ROSENTHAL, Jean-Laurent; HOFFMAN, Philip; POSTEL-VINAY, Gilles. Information and Economic History: how the credit market Old Regime Paris Forces Us to Rethink the Transition to Capitalism. *The American Economic Review*, v. 104, n. 1, p. 69-94, fev. 1999.

Além disto, existem novos elementos metodológicos e teóricos que também podem auxiliar nessa questão, uma vez que disponibilizam novos subsídios para afrontar diversos aspectos da história econômica do Brasil. Um exemplo disto é a abordagem proposta pela Nova Economia Institucional (NEI), a qual incorpora ao cálculo econômico os custos de acesso à informação, assim como a manutenção e modificação dessa variável no desenrolar das transações. De uma maneira geral, a referida escola propõe incorporar as instituições endogenamente, isto é, não as considera como dadas ou constantes no processo de desenvolvimento econômico.

O presente artigo foi dividido em cinco partes além desta introdução. Inicia-se pela revisão do conceito de instituições e a contribuição da NEI no campo da informação com destaque para os custos de transação e a informação assimétrica. Em seguida, apresentam-se as fontes e metodologias para o estudo da informação no Brasil durante o século XVIII e XIX, passando para uma análise das instituições e formas de circulação das informações. Finaliza-se com uma conclusão apontando os principais resultados.

Instituições, custo de transação e informação assimétrica

O objetivo desta primeira parte do artigo é apresentar um breve panorama da Nova Economia Institucional (NEI). Além disto, pretende-se realizar um apanhado da importância das instituições no desempenho econômico e no acesso à informação. Como se sabe, o primeiro esforço de inserir instituições na teoria econômica foi realizado por Thorstein Veblen⁵ em fins do século XIX e início do XX. Seu trabalho (junto com John R. Commons) fazia uma crítica aos pressupostos neoclássicos, em especial às noções de equilíbrio (ou ajustamento marginal) e ao pressuposto da concepção da natureza humana. Para Veblen, o indivíduo é equivocadamente visto (pelos neoclássicos) como sendo hedonista, um ente socialmente passivo, inerte e imutável. Para os velhos institucionalistas, os indivíduos não são “dados”, mas sim constantemente influenciados pela evolução das instituições.

A influência dessa perspectiva e a constatação da importância das instituições no comportamento dos agentes econômicos e, por

⁵ Sobre novos e velhos institucionalistas, ver: HODGSON, Geoffrey. The approach of institutional economics. *Journal of Economic Literature*, v. 36, p. 166-192, maio 1998. VEBLEN, Thorstein. A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

consequente, no desempenho econômico, levaram alguns autores (Douglass North, Olivier Williamson e Ronald Coase, entre outros) a erigir uma nova abordagem dentro da teoria econômica, a NEI⁶. Quando se propuseram a formar esta nova linha de pensamento – em meados de 1975 – esta deveria obedecer as seguintes premissas⁷:

1. o marco teórico deveria ser capaz de integrar a teoria neoclássica com uma análise acerca do modo como as instituições afetam o conjunto de opções disponíveis aos agentes econômicos;

2. esse marco teórico deveria ter presente, num primeiro plano, as instituições, mostrando como elas interferem e como irão determinar o desempenho futuro.

Assim, aqueles autores pretendiam, de um lado, o rigor metodológico da teoria neoclássica e, de outro, a incorporação das instituições endogenamente. Este último aspecto advém da questão de que *institutions matter*, e que sem a análise histórica, pouco se pode avançar na compreensão do desenvolvimento das nações, por exemplo.

History matters. It matters not just because we can learn from the past, but because the present and future are connected to the past by the continuity of a society's institutions. Today's and tomorrow's choices are shaped by the past. And the past can only be made intelligible as a story of institutional evolution⁸.

Como observado, as instituições exercem um papel fundamental no modelo proposto pela NEI. Importante, portanto, que se esclareça o que a NEI entende por instituições. Aqui se recorre a Douglass North:

Institutions are the humanly devised constraints that structure political, economic and social interaction. They consist of both informal constraints (sanctions, taboos, customs, traditions, and codes of conduct), and formal rules (constitutions, laws, property, rights)⁹.

⁶ MENARD, Claude; SHIRLEY, Mary M. (Ed.). *Handbook of New Institutional Economic*. Netherlands: Springer, 2005. FURUBOTN, E. G.; RICHTER, R. *Institutions and economic theory: the contribution of the New Institutional Economics*. Michigan: Michigan Press, 1997.

⁷ NORTH, Douglass C. *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

⁸ “A história importa. Não importa só porque podemos aprender com o passado, mas porque o presente e o futuro estão ligados ao passado, a continuidade das instituições de uma sociedade. As escolhas de hoje e de amanhã são moldadas pelo passado. E o passado só pode ser construído como uma história da evolução institucional.” NORTH, Douglass C. *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge University Press: Cambridge, 1990. p. 7. Tradução nossa.

⁹ “As instituições são as restrições construídas pela sociedade que estrutura a interação política, econômica e social. Eles consistem em constrangimentos informais (sanções,

Portanto, as instituições são fruto da interação humana e da estrutura política, econômica e social. Estas, por sua vez, podem ser divididas em formais e informais. O somatório de regras formais (leis, constituição, decretos, etc.) e informais (ideologia, costumes, cultura, etc.) forma o ambiente institucional.

Assim, as instituições, que são fruto das relações sociais, econômicas e políticas, representam as regras do jogo. Podem ser divididas em formais e informais, minimizando a incerteza, pois proveem uma estrutura para a sua ação diária. O arranjo institucional gera os incentivos nos quais os agentes econômicos se baseiam para fazer suas escolhas. Estes, por sua vez, acabam por determinar, em boa medida, o desempenho econômico de uma nação. Em última instância, a matriz institucional de um país pode representar o seu atraso ou o seu crescimento, pois determina qual será o seu custo de transação e de produção.

Um segundo conceito importante dentro do arcabouço teórico da NEI é o de custos de transação. Estes surgem da constatação da ficção existente no mercado, “[a] utilização do mercado como instrumento de alocação de recursos implica custos”¹⁰. Transações não podem ser realizadas sem que agentes incorram em custos resultantes da própria sistemática de tomada de decisões e dos atributos particulares de cada transação realizada. Cabe ressaltar que as transações estão inseridas no contexto institucional (*embeddedness*) e não apenas no mercado¹¹. Pode-se citar, como exemplo de custo de transação, o custo em se obter uma informação antes de efetivar um negócio (compra de um carro, matéria-prima para a indústria, perpetrar um contrato etc.).

Os custos de transação são compostos pelos custos de *enforcement* e de *measurement*. O primeiro se relaciona à dificuldade dos agentes em conhecer de fato o objeto de transação em curso. Lembra o conceito trabalhado por Akerlof em *The market of lemons*. Como o comprador não conhece a qualidade do produto a ser transacionado *ex ante*, esse fato pode acabar por comprometer a transação. Portanto, custos de *enforcement* são os de viabilização de troca no mercado. Os custos de *measurement* são aqueles que se referem à incerteza que os agentes têm sobre a propriedade do bem a ser trocado. Portanto, esse custo se relaciona aos problemas de legitimidade da transação a ser efetuada. São os custos do reforço e exercício de direitos de propriedade. Ambos os custos limitam os ganhos de comércio.

tabus, costumes, tradições e códigos de conduta) e regras formais (constituições, leis, direitos de propriedade).” Ibid., p. 97. Tradução nossa.

¹⁰ COASE, Ronald H. The nature of firm. *Economica*, London, v. 4, p. 387, 1937.

¹¹ WILLIAMSON, Olivier. *The economic institutions of capitalism: firms, markets, relational contracting*. New York: Free Press, 1985.

The costliness of information is the key to the cost of transacting, which consist of the costs of measurement the valuable attributes of what is being exchange and the costs of protection rights and policing and enforcing agreements. These measurement and enforcement costs are the sources of social, political and economic institutions¹².

A questão dos custos de transação passa pela presença de informação assimétrica entre as partes envolvidas na negociação. Primeiro pelo elevado volume informacional envolvido numa transação. Segundo, porque existem algumas características dos bens que não são conhecidas pelo demandante, só quem produz (ou detém) o bem pode conhecer (como o verdadeiro estado de conservação de um carro usado). Diante desse cenário, fica praticamente impossível, para os agentes envolvidos no negócio, reunir todas as informações sobre o produto antes de realizar uma troca.

Afora a presença de informação assimétrica envolvida numa transação, existe o fato de que mesmo que os agentes tivessem acesso a todas as informações, os indivíduos não conseguiriam processá-las. Diante dessa constatação, a NEI emprega a ideia de racionalidade limitada¹³. Um exemplo clássico é uma partida de xadrez. Mesmo existindo informação simétrica, existem tantas soluções alternativas, que mesmo um indivíduo brilhante tem dificuldades em sistematizar todas as possibilidades. Apesar das limitações inerentes à capacidade cognitiva dos agentes, supõe-se que eles são capazes de selecionar as formas organizacionais mais “eficientes”, com base num comportamento reativo face aos sinais advindos da matriz institucional¹⁴.

A racionalidade limitada acaba por abrir uma janela de oportunidade para a ação dos agentes econômicos. Este seria um comportamento autointeressado frequentemente descrito como “oportunistas”. Este pode ser definido como “*self-interest seeking with guile*”. Isso ocorre pois é impossível estabelecer um contrato que inclua todas as possibilidades. Em última instância, o oportunismo refere-se à possibilidade de o comportamento dos agentes mudar repentinamente sem uma explicação plausível. A possibilidade de comportamentos oportunistas adiciona um componente a mais de incerteza à transação.

¹² “O custo de obter a informação é a chave para o custo de transação, que envolve os custos de medição dos valores atribuídos, o que inclui os custos dos direitos de proteção (e de policiamento) e aplicação de acordos. Esses custos de medição e de execução são as fontes de instituições sociais, políticas e econômicas.” NORTH, Douglass C. *Institutions...*, op. cit., p. 27. Tradução nossa.

¹³ SILMON, Herbert. Rational decision making in business organizations. *American Economic Review*, v. 29, n. 4, p. 493-513, 1991.

¹⁴ WILLIAMSON, Olivier. *The economic institutions of capitalism*, op. cit.

Diante desse cenário (racionalidade limitada e oportunismo), os agentes envolvidos na transação, antes da realização desta, consideram os seguintes aspectos: a seleção adversa e o risco moral. O primeiro surge quando um vendedor possui mais informações que o comprador, portanto um fenômeno *ex ante*. O risco moral advém quando ambas as partes podem atuar de forma diferente da prevista após o contrato ter sido estabelecido (*ex post*). Em função da variação da seleção adversa e do risco moral é que as partes tentariam avaliar e realizar a transação.

Nesse contexto, os agentes econômicos não são totalmente críveis no tocante as suas promessas, de tal modo que as partes devem monitorar as transações a fim de deterem o comportamento oportunista. Uma maneira de arrefecer a questão do monitoramento é tentar estabelecer confiança entre as partes envolvidas no processo. O conceito de “confiança” (*trust*) refere-se a fatores comportamentais que afetam a dinâmica transacional entre agentes¹⁵. Esses fatores neutralizam o oportunismo potencialmente presente em relações bilaterais, facilitando a realização de transações entre as partes envolvidas.

A confiança é concebida como pré-requisito para a realização de transações sistemáticas. Portanto, essa concepção do conceito de confiança (*ex ante*) é o motor da relação, sem a confiança pouco se pode avançar na transação. Três elementos básicos justificam a presença de confiança:

1. Relações interpessoais e sociais consolidadas que conferem uma determinada reputação aos agentes envolvidos na relação;
2. Normas e convenções socialmente construídas que regulam o comportamento dos agentes;
3. Fatores associados ao contexto institucional da relação que podem reforçar ou obstaculizar a consolidação da confiança.

Esse tipo de confiança (*ex ante*) acaba por fortalecer a “reputação” dos agentes. Portanto, a confiança pode ser concebida como um “produto” da reputação, pré-determinando as possibilidades de realizar-se a transação. Importante lembrar que a confiança deve ser vista como sendo um elemento socialmente construído a partir da experiência acumulada pelos agentes ao longo do processo. Assim, a confiança vai ser um reflexo do “aprendizado relacional” que se estabelece entre agentes engajados em relações sistemáticas, levando a obter “reputação” especificamente vinculada à sustentabilidade do relacionamento em questão.

Pode-se resumir o exposto até agora da seguinte maneira: o ambiente econômico e social dos agentes é permeado pela incerteza.

¹⁵ WILLIAMSON, Olivier. Claculativeness, trust, and economic organization. *J. Law Econ.*, v. 36, p. 453-486.

Associados a esse fato, existem os custos de transação. Para reduzir estes e coordenar as atividades humanas, as sociedades e organizações desenvolvem instituições. Estas podem ser divididas em regras formais e informais. O conjunto dessas regras pode ser chamado de matriz ou arranjo institucional. Esta vai definir os incentivos para o surgimento e desenvolvimento de organizações que podem ser econômicas, sociais e políticas. A interação entre agentes, organizações, Estado, etc. define os custos de transação, os quais atuam sobre a evolução institucional e o desempenho econômico.

Ante a presença de informação assimétrica e o fato de o agente econômico não conseguir processar todas as informações (racionalidade limitada), os agentes envolvidos na transação, antes da realização desta, consideram a seleção adversa e o risco moral. Nesse cenário (racionalidade limitada e informação assimétrica), os agentes econômicos não são totalmente críveis no tocante a suas promessas, de tal modo que as partes devem monitorar as transações a fim de deterem o comportamento oportunista. Uma maneira de arrefecer o monitoramento é tentar estabelecer confiança entre as partes envolvidas no processo. A confiança pode ser concebida como pré-requisito para a realização de transações sistemáticas e pode transmitir reputação aos agentes envolvidos na relação¹⁶.

Sobel apresenta um modelo de criação de confiança baseado na experiência passada e acumulada entre os interlocutores econômicos. Partindo das definições de Chwe e Burt, Sobel argumenta que tal experiência seria moldada pelo tipo de relação existente, ou seja, se estabelecida dentro de uma rede densa ou ampla. As redes densas, mais fechadas, proporcionariam condições para uma agência organizada por parte desse grupo, já que haveria maior interação e, conseqüentemente, confiança construída por seus membros, além de uma maior possibilidade de punição interna. As redes amplas, por sua vez, teriam um papel importante na obtenção de informações, na medida em que seriam constituídas por agentes que fariam a “costura” entre duas ou mais redes densas. Burt argumenta que tais agentes teriam benefícios extras por sua função¹⁷.

Outro aspecto teórico importante para o entendimento da informação é a “teoria da circulação de boatos”. Taylor Buckner apresenta

¹⁶ Ver: GALA, Paulo Sérgio de O. *Teoria e retórica em Douglass North*: subsídios para uma análise de sua contribuição. 2001. Dissertação (Mestrado)–FGV, São Paulo, 2001. EGGERTSSON, T. A note on the economics of institutions. In: *Empirical studies in institutional change*. ALSTON, L.; EGGERTSSON, T.; NORTH, D. (Ed.). Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

¹⁷ SOBEL, Joel. Can we trust social capital? *Journal of Economic Literature*, v. 40, n. 1, p. 139-154, mar. 2002.

um modelo de análise desse fenômeno. Para ele, a propagação das informações incertas, transmitidas de uma pessoa para outra, é mediada pela habilidade dos agentes em fazer a crítica das informações, de acordo com seus conhecimentos. Todavia, ele também argumenta que, em determinados casos, os agentes poderiam estar conscientes do caráter duvidoso (ou falso mesmo) das informações recebidas e, assim mesmo, poderiam transmiti-las a outros. Contudo, na interação constante, as pessoas seriam avaliadas em sua criticidade ao transmitir os dados, sendo definidas como mais ou menos críveis¹⁸.

O modelo apresentado por Buckner torna-se interessante quando confrontado com o estudo de Georges Lefebvre sobre o surto de boatos ocorrido durante a Revolução Francesa. O autor de *O grande medo de 1789* narra diversos casos de grupos de camponeses que promoviam pilhagens em propriedades da nobreza baseados numa suposta ordem do rei da França para tais ações. Essa informação incerta circulou por diversas regiões da França, o que pôde ser visto em diversos inquéritos, correspondências e jornais da época. De algum modo, ainda que não tivessem certeza ou confiança na suposta ordem de Sua Majestade, essa informação estava disseminada e convinha a muitos camponeses que pretendiam tirar algum proveito da situação de desordem iniciada com os boatos que vinham de Paris sobre a queda da Bastilha, reações da nobreza, invasões inglesas, espanhóis, bandidos e massacres diversos.

Parece claro que diversos atores procuraram lidar com os boatos de forma estratégica. Nesses termos, o boato pode ser instrumental e, assim, interferir no cálculo econômico. Tanto as análises de Lefebvre como o modelo de Buckner podem ser incorporados no estudo da circulação de informações, especialmente em casos onde determinados grupos (como os *bandos*, característicos de Antigo Regime¹⁹) procuravam denegrir a reputação de seus inimigos. Além disso, grandes grupos identificáveis poderiam ser alvo de boatos "instrumentais", como no caso de judeus na Idade Média e dos jesuítas no Império português ao tempo de Pombal. Em diversas economias, alguns tipos de negócios e determinados produtos estão associados a certos grupos étnicos/sociais²⁰. Uma atitude radical autorizada por boatos (como a expulsão de um grupo) poderia significar uma reordenação total das atividades econômicas dentro uma

¹⁸ BUCKNER, H. Taylor. A theory of rumor transmission. *The Public Opinion Quarterly*, v. 29, n. 1, p. 54-70, verão de 1965.

¹⁹ Para o conceito de bando, ver: FRAGOSO, João. *À espera das frotas: micro-história tapuia e a nobreza principal da terra* (Rio de Janeiro, c.1600-c.1750). Rio de Janeiro: UFRJ, 2005. (Tese apresentada ao concurso para professor titular).

²⁰ GEERTZ, Clifford. *The Bazaar economy*, op. cit.

comunidade. No próximo ponto, apresenta-se as fontes e metodologias para a investigação da informação.

Fontes e metodologias para o estudo da informação

Não existe um tipo de fonte ou método que seja preferencial para o estudo da informação. Todavia, algumas fontes surgem como bastante diretas no fornecimento de pistas. O tipo mais visível é a documentação epistolar, especialmente a correspondência entre mercadores. Exemplo clássico desse tipo de documento são as cartas de Francisco Pinheiro, mercador luso, que já foram objeto de diversos estudos²¹. Nessa correspondência fica bastante saliente o conhecimento que aquele negociante tinha de seus diversos interlocutores, fornecedores, compradores, devedores e subordinados, assim como demonstrava conhecer diversas demandas que havia em suas áreas de atuação. O estudo dessas cartas também revela seus informantes, geralmente agentes próprios espalhados em diversas regiões.

A correspondência da administração dos registros de Curitiba e Sorocaba é também bastante ilustrativa. As cartas escritas por Manuel José da Cunha para Antonio Manuel Fernandes da Silva, por volta de 1796, contêm diversas referências às informações disponíveis pelos tropeiros de gado da rota Viamão–Sorocaba, bem como fazem também referência à forma como essas informações circulavam.

Em fevereiro de 1796, Manuel José noticiava:

O capitão Manuel Gonçalves Guimarães veio a este Registro para averiguar pelo livro que tropas eram as das guias que vossa mercê lhe escreveu estava devendo e como os livros já tinham ido me pede para v.m. pelo livro examinar que tropas foram de conta de que por ter guiado várias tropas alheias e se acorda de alguma das guias se fez algum pagamento e quem o fez para assim vir no conhecimento da pessoa a quem pertence²².

Mais adiante, em março, afirmava que:

Em o dia quinta-feira santa se encontrou o capitão Cezar na Capela do Tamanduá com o Capitão Manuel Gonçalves Guimarães ele entregou uma

²¹ LISANTI FILHO, Luís. *Negócios coloniais*: uma correspondência comercial do século XVIII. Brasília: Ministério da Fazenda; São Paulo: Visão Editorial, 1973; COSTA, Eleonor Freire. *Entre o açúcar e o ouro*: permanência e mudança na organização dos fluxos (séculos XVII e XVIII). In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL. 2006, Rio de Janeiro. *Nas rotas do império*: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português. Rio de Janeiro: PPGHIS/IFCS/UFRJ, 2006; GODOY, Silvana Alves de. *Itu e Araritaguaba na Rota das Monções*: 1718-1838. Campinas: PPGHE/UNICAMP, 2002.

²² BN. II – 35, 25, 03.

carta do doutor em virtude dela lhe assistiu com 250\$ réis em dinheiro e sal para as ditas bestas²³.

Temos aqui alguns instantâneos do funcionamento do sistema de controle de informação adotado pelo Registro de Curitiba. Isso transcende o próprio caráter das correspondências, demonstrando que, além de serem veículos de informação, também relatavam as formas como aqueles dados eram obtidos. Uma análise cuidadosa do conteúdo das cartas é fundamental para o conhecimento dos mecanismos de obtenção de informações utilizados em cada período.

Outro uso possível das cartas é através do estudo dos circuitos de transmissão dos dados. Analisando a correspondência ativa e passiva de um determinado agente, pode-se verificar que tipo de informação transmitia a seus interlocutores, de acordo com seus objetivos, e como poderia utilizar-se deles para disseminar determinados informes. Tal abordagem é comum em alguns trabalhos relacionados às chamadas Social Network Analysis, como se pode ver nos trabalhos de José Maria Imízcoz, France Grenon e Jean Pierre Dedieu. Grenon, ao estudar a correspondência de J. J. Rousseau, percebeu que o universo de interlocutores transcendia em muito os destinatários, já que o escritor pedia a estes que enviassem recados a outras pessoas, ou delas tirassem determinadas informações²⁴.

A análise de redes pode ser fundamental não apenas pela característica das fontes epistolares, mas também para permitir o estudo daquilo que Sobel chamou de redes “densas” e “amplas”, como espaços circunscritos e diferenciados de circulação de informações. Neste sentido, aos dados obtidos na análise das cartas se agregariam àqueles provenientes de outras fontes, como testamentos, notas, transmissões, inventários, entre muitas outras.

Outra documentação que pode ser bastante conveniente são as fontes “dialógicas”, produzidas através de um diálogo, como as *Devassas*, os processos criminais e interrogatórios em geral. Esse tipo de fonte é fértil para o estudo da reputação dos agentes, na medida em que, sendo investigado (não necessariamente), determinado sujeito tem sua vida

²³ BN. II – 35, 25, 03.

²⁴ IMIZCOZ, José Maria. Actores, redes, procesos: reflexiones para una historia más global. *Revista da Faculdade de Letras-História*, Porto, Portugal, v. 5, 2004; GRENON, Anne-France. Les phénomènes de réseau dans la correspondance de Rousseau éditée par R. A. Leigh. In: BEAUREPAIRE, P.-Y.; TAURISSON, D. (Ed.). *Les ego-documents à l'heure électronique: nouvelles approches des espaces et réseaux relationnels – Colloque de Montpellier*. Montpellier: Université Montpellier III, 2002; e DEDIER, Jean Pierre. Les grandes bases de données: une nouvelle approche de l'histoire sociale. *Le système Fichoz. Revista da Faculdade de Letras-História*. p. 99-102.

comentada por diversas pessoas. Em 1787, Custódio Ferreira de Oliveira Guimarães era mencionado, em uma *Devassa*, por diversas testemunhas, como um sujeito de trato difícil. Uma delas, Inácio Xavier Mariano, detalhou:

[...] ouvira dizer que o dito capitão Guimarães obrigara a um homem tropeiro que lhe parece chamar-se Antonio de Almeida, para que casasse com uma índia, ou que lhe desse a dita china a tropa que levava para São Paulo; e que depois de várias dúvidas entre o dito tropeiro e o sobredito capitão se viu na necessidade de casar para se livrar da prisão em que ele informante ouvira dizer o tivera posto: que não sabe se o dito capitão Custódio Ferreira obriga aos tropeiros e viandantes a comprar-lhe animais da sua Estância pagando-lhe por alto preço [...]²⁵.

Esse tipo de boato poderia produzir algum efeito entre os negociantes de gado que procuravam fornecedores no Rio Grande de São Pedro, colocando dúvidas sobre o risco de negociar na região. A própria testemunha nos apresenta a forma como tais informações circulavam naquele contexto, através da mediação pública, despersonalizada na expressão “ouvira dizer”, característica do boato.

Nos testamentos também são comuns as referências a negócios realizados pelo testador. Diferentemente dos negócios descritos nos inventários *post-mortem*, como as dívidas ativas e passivas, nos testamentos há um maior detalhamento e, com frequência, há uma explicação sobre as relações existentes entre as partes, indicando ainda quais os acertos efetuados na transação. Esses dados podem contribuir para o conhecimento da imagem que um agente tinha do outro, além de viabilizar análises de redes, dentro do caminho proposto por Sobel.

As fontes fiscais, como os registros produzidos pela administração dos registros de Curitiba e Sorocaba, são também meios bastante apropriados para investigação de informações, ainda que mais raras. Nesse caso particular, encontramos listagens de devedores nas quais havia uma pequena nota biográfica para cada um, indicando formas de encontrá-lo. Essas mesmas listagens sugerem como tais dados eram obtidos, geralmente através de informações fornecidas por outros tropeiros.

Instituições e formas de circulação das informações

Na sociedade que se está abordando, o principal veículo de informação era a conversa. Sem uma imprensa diária e com uma circulação

²⁵ Arquivo Nacional, Códice 104. Volume 9.

de livros relativamente escassa²⁶ (além do elevado índice de analfabetismo), a transmissão oral cumpria uma importante função na circulação das ideias e das informações. De qualquer modo, há diversas formas de se fazer circular informações a partir da oralidade e a identificação dessas formas pode contribuir para compreender como aquela sociedade se organizava. Um agente faz escolhas, selecionando conteúdos e interlocutores (dentre outros elementos) ao transmitir determinados dados.

A Antropologia econômica já salientou a importância do parentesco nas mais diversas economias e não caberia relembrar aqui a diversidade de contribuições sobre este tema²⁷. A família era um destacado meio de circulação de informações, especialmente pela confiança criada através da experiência prévia dentro do núcleo parental. Jorge Pedreira, ao estudar o corpo mercantil da praça de Lisboa, aponta a relação tio-sobrinho como uma das chaves de reprodução daquele grupo. Um dos primeiros empregos dos sobrinhos seria de caixeiro, administrando as contas do tio e, necessariamente, buscando e recebendo informações para o controle contábil²⁸.

O parentesco fictício também cumpria uma função importante no acesso à informação. Paloma Fernandez, em seu estudo sobre os comerciantes da cidade de Cádiz no século XVIII, destacou a função primordial do matrimônio para a atividade mercantil e continuidade dos negócios através da figura do genro:

El matrimonio permitía en estos años a la masa de migrantes recién llegados del resto de Andalucía, Castilla, el Levante y el Norte peninsular y el resto de Europa obtener apoyo humano, *información* y, en los casos que medió la entrega de dote, un capital necesario para más adelante poder matricularse y comprar mercancías que vender en territorios de la América española²⁹.

O parentesco não apenas servia para a seleção dos quadros da empresa mercantil como também garantia um controle sobre os agentes. O conjunto dos parentes teria formas de punir um membro que

²⁶ Ignoram-se estudos sobre esse tema para nosso contexto. Uma análise da posse de livros e biblioteca em inventários *post-mortem* do Rio Grande de São Pedro apresenta um cenário de escassez de publicações, com algumas raras exceções.

²⁷ Para uma revisão da bibliografia sobre família e economia, ver: CLAVERO, Bartolomé. *Antidora*: Antropologia católica de la economía moderna. Milano: Giuffrè, 1990.

²⁸ PEDREIRA, Jorge Miguel de Melo Viana. *Os homens de negócio da praça de Lisboa – de Pombal ao Vintismo (1755-1822)*: diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa, 1996; COSTA, Eleonor Freire. *Entre o açúcar e o ouro...* Op. cit.

²⁹ FERNANDEZ PEREZ, Paloma. *El rostro familiar de la metrópoli*: redes de parentesco y lazos mercantiles en Cadiz, 1700-1812. Madrid: Siglo XXI, 1997. p. 132. Grifo nosso.

eventualmente não honrasse a confiança depositada ou agisse de uma forma não cooperativa. Fernandez argumenta que na Cádiz do século XVIII era bastante comum a uxorilocalidade, com maior incorporação e controle do genro ao grupo familiar, especialmente pela manutenção do dote na mesma unidade doméstica. A obediência ao “patriarca” era também uma constante naquele meio.

Tais práticas parecem ter sido importantes nas escolhas matrimoniais da família Pinto Bandeira, por exemplo, no sul da América lusa, desde meados do XVIII. No início dos anos 1760, Francisco Pinto Bandeira providenciava o matrimônio de três de seus filhos. Em 1763, casava Maurícia Antonia de Oliveira com Bernardo José Pereira e Desidéria Antonia de Oliveira com Custódio Ferreira de Oliveira Guimarães. Custódio e Bernardo eram comerciantes recém-chegados à localidade e tiveram, assim, uma rápida inserção³⁰.

Também a união de Rafael Pinto Bandeira com a minuana Bárbara Vitória, em 1761, propiciou décadas de informações privilegiadas sobre movimentos da fronteiras, fornecidas pelo sogro, Dom Miguel Caraiá, e obtidas com os demais caciques daquele grupo. O casamento de Evaristo Pinto Bandeira com Cristina Barbosa de Menezes, em 1777, aproximou aquele núcleo familiar, que fazia negócios com animais de contrabando, especialmente muars, de uma importante família de negociantes de gado de Curitiba, os Pacheco de Miranda³¹. A historiografia poderia apresentar uma diversidade de outros exemplos neste sentido. Eram formas de resolver problemas de seleção adversa e risco moral que existiam na reprodução da atividade mercantil. Em alguns casos, de acordo com a estratégia adotada, a família poderia aproximar-se daquilo que Sobel chamou de “redes densas”.

O parentesco fictício era utilizado de forma estratégica em boa parte dos casos. Ainda que nem sempre as pessoas criassem laços pensando em seus negócios, o uso posterior de certos vínculos poderia ser conveniente, uma vez que a contínua interação experimentada contribuía para a criação e/ou reprodução de confiança. Antonio Carvalho da Rosa, em seu testamento de 1783, falava das dívidas ativas que possuía com diversas pessoas, entre as quais estava José Martins de Oliveira, seu compadre. Carvalho da Rosa

³⁰ SILVA, Augusto da. *Rafael Pinto Bandeira: de bandoleiro a governador*. Relações entre os poderes privado e público no Rio Grande de São Pedro. 1999. Dissertação (Mestrado)–PPGH, UFRGS, Porto Alegre, 1999.

³¹ GIL, Tiago Luís. *Infieis transgressores: os contrabandistas da fronteira (Rio Grande e Rio Pardo, 1760-1810)*. 2003. Dissertação (Mestrado em História)–PPGHIS, UFRJ, Rio de Janeiro, 2003; KÜHN, Fabio. *Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América portuguesa – século XVIII*. 2006. Tese (Doutorado em História)–PPGHIS, UFF, Niterói, 2006.

não especificou o valor devido, dizendo apenas que Oliveira pagaria “o que ele disser”. A confiança existente permitia essas atitudes³².

A confiança de Carvalho da Rosa, contudo, ultrapassava o parentesco fictício. Ele também era credor de outras pessoas, com as quais não mantinha vínculo parental que tenha sido possível identificar. Sujeitos como Manuel José da Costa, entre outros, também pagariam ou receberiam o quanto dissessem. Isso nos remete à ideia de redes de relacionamentos diversos, que poderiam incluir amizade, reciprocidade e solidariedade.

Em 1784, o vice-rei Luis de Vasconcelos descrevia ao secretário de Estado e Ultramar a forma como o contrabando era tolerado na *fronteira do Rio Grande*. Segundo ele, Rafael Pinto Bandeira, membro da elite local, mantinha um forte comércio ilegal:

Contra este oficial tenho tido algumas queixas principalmente de dar auxílio aos contrabandistas que são da sua parcialidade e de quem tira maior interesse, fazendo frente aos mais [...]³³.

A possibilidade de praticar o comércio de contrabando era garantida por diversas redes que se estruturavam nos poderes locais. Tais relacionamentos não eram necessariamente hierarquizados, ainda que o fossem muitas vezes. Muitos destes contatos foram construídos pela interação no campo de batalha, no caso assinalado, além de diversas formas de parentesco e atitudes de reciprocidade. Tais relações, construídas sobre diversos contextos e úteis em diversas situações, eram importantes no desenvolvimento mercantil, propiciando uma circulação restrita de diversas mercadorias³⁴.

É possível ir além, ainda dentro do que argumenta Sobel, e afirmar que em grupos densos, a reputação de seus membros, especialmente as lideranças, tende a ser distribuída entre os demais. Tal ideia se materializa no conceito de “bando”, uma unidade política importante para a compreensão da economia de Antigo Regime³⁵.

A confiança estabelecida entre esses agentes propiciava o aumento e manutenção daqueles negócios. No caso do contrabando, o risco da apreensão que existia, ainda que mediado pelas relações de poder, era minimizado pela circulação de notícias dentro do grupo, além do próprio

³² Inventário de Antonio Carvalho da Rosa. 1º Cartório de Órfãos e Ausentes de Rio Grande. 1783. Arquivo Público do Rio Grande do Sul.

³³ Relatório apresentado ao governo de Lisboa pelo vice-rei Luis de Vasconcelos, em outubro de 1784, sobre o Rio Grande do Sul. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, Ano 9, p. 28, 1929.

³⁴ GIL, Tiago Luís. *Infêis transgressores*, op. cit.

³⁵ FRAGOSO, João. *À espera das frotas*, op. cit.

controle de uns sobre os outros. Um exemplo interessante, nesse caso, do uso de uma informação falsa, passou-se por volta de 1787. Um oficial da Fazenda Real fora apreender uma tropa de contrabando da qual tinha informações. Instantes antes da possível apreensão, Custódio Ferreira de Oliveira Guimarães, capitão do distrito do Cai, lhe chamou para tratar de assuntos relativos ao serviço real. Custódio lhe disse para ir a Porto Alegre, onde o provedor da Fazenda o aguardava. Nesse momento, a tropa esperada, pertencente a Domingos Gonçalves, passava sem nenhum impedimento. Custódio mantinha negócios com Gonçalves, além de ser do bando dos Pinto Bandeira³⁶.

Outra instituição que garantia acesso a conhecimento era a reputação vinculada à conduta pública, diretamente modulada pela hierarquia social e pelo *status*, instituições que também interferiam neste ambiente. Ainda que pouco nítida, a confiança (ou desconfiança) pública era utilizada como fonte de dados em diversas transações servindo, inclusive, para orientar decisões régias sobre promoções e concessões de patentes. O caso do alferes Francisco Pinto de Vila Lobos, que negociava na rota de animais entre Sacramento e Minas, em meados do XVIII, pode ser exemplar, não apenas pela conduta, mas igualmente pelo uso das redes.

Por volta de 1750 o governador da Colônia do Sacramento comentava sobre a figura de Vila Lobos, afirmando que ele possuía

a circunstância de se haver aplicado ao exercício da Artilharia e de Engenheiro, querendo seguir seu avô Manuel Pinto de Vila Lobos, coronel da Artilharia com exercício de engenheiro na Província do Minho [...] e seu pai Francisco Pinto de Vila Lobos, sargento-mor engenheiro na mesma Praça: e a seu Tio o sargento-mor atual da Artilharia do Rio de Janeiro José Fernandes Pinto Alpóim, onde tem *adquirido crédito notório*, com o seu grande préstimo³⁷.

Por essa mesma época, contudo, Vila Lobos era rejeitado em uma promoção militar por seu “terrível procedimento”. Ele havia promovido desordens na guarnição e, sendo preso, se fez de louco para escapar da prisão. Essa atitude gerou algumas linhas da pena de Gomes Freire de Andrade, então governador do Rio de Janeiro, que afirmou que apesar de ser sobrinho de José Fernandes Pinto Alpóim e filho de Francisco Pinto de Vila Lobos, essas qualidades não compensavam seu comportamento³⁸. Ao mesmo tempo, seus pedidos para circular entre Sacramento e Minas e negociar animais com espanhóis no Rio da Prata eram atendidos pelos

³⁶ GIL, Tiago Luís. *Infiéis transgressores*, op. cit.

³⁷ Arquivo Histórico Ultramarino – Rio de Janeiro. cx. 55, doc. 12755.

³⁸ Arquivo Histórico Ultramarino – Rio de Janeiro. cx. 60, doc. 14136.

monarcas ibéricos, provavelmente por suas influências advindas do parentesco.

Vila Lobos passou por (ao menos) três momentos: uma fase de boa reputação, assegurada pelo prestígio de sua família; um período de perda de confiança pública provocado por suas atitudes polêmicas; um tempo de prosperidade mercantil, assegurado novamente pelos contatos familiares nos impérios ibéricos. A reputação inicial foi garantida pela família. Como foi visto, a reputação familiar ou de um grupo denso e/ou fechado era distribuída entre seus membros e Francisco teve seu quinhão. Nesses termos, tal fenômeno se aproxima daquilo que Giovanni Levi chamou de "herança imaterial": um patrimônio social transmitido pela reputação ancestral³⁹. Sua conduta e suas redes foram as principais instituições que interferiram em sua reputação.

O mesmo conceito de reputação pode ser percebido no testamento de Antonio Carvalho da Rosa. Naquele maio de 1783, instruía sua esposa e testamenteira que se aparecesse alguma "pessoa de reconhecida verdade dizendo que lhe devo alguma coisa se lhe satisfaça para descargo de minha alma"⁴⁰. Estava claro para ele que havia pessoas de reconhecida verdade que poderiam ser facilmente identificadas. A hierarquia social era, igualmente, uma instituição que interferia na reputação. Uma vez que aquela sociedade se considerava naturalmente desigual, onde a estatura social era medida pelo conceito de *qualidade*, o lugar de cada um no mundo informava aos outros o quanto essa pessoa era digna de crédito. Em seu depoimento na Devassa de 1787, realizada na Vila do Rio Grande, Antônio José Feijó ressaltava

que ouvira dizer a pessoas da plebe que a dita embarcação [que teria sido usada no contrabando] navegara para a lagoa de Mirim, o que ele informante não pode certificar por não lhe constar por outra alguma via que merecesse crédito⁴¹.

Alguns anos antes, o governador do Rio Grande, Sebastião Cabral da Câmara, havia dito algo semelhante, ao afirmar que não convocaria para testemunhas pessoas da "classe inferior da Republica"⁴².

Outro indício do caráter informativo da hierarquia (sobre o quanto a hierarquia credibilizava a pessoa) pode ser percebido quando

³⁹ LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

⁴⁰ Inventário de Antonio Carvalho da Rosa. 1º Cartório de Órfãos e Ausentes de Rio Grande. 1783. Arquivo Público do Rio Grande do Sul.

⁴¹ Arquivo Nacional. Cód. 104. Vol. 09. p. 335.

⁴² Arquivo Nacional. Cód. 104. Vol. 06. p. 137.

se analisa as referências feitas a credores e devedores nas dívidas de inventários *post-mortem*. Boa parte delas contém alguma informação sobre esses agentes, como sua patente militar, condição social (se escravo ou liberto), se viúvo, etc. Uma análise detida dos valores movimentados por esses agentes, cruzando dados com seu qualificativo, nos apresentou um cenário onde o crédito é muito maior para aqueles agentes localizados no topo da hierarquia social, e miúdo para os de estratos mais baixos (ver gráfico 1, Anexos)⁴³.

Esse movimento também pode ser percebido na análise das escrituras públicas de compra e venda do Rio de Janeiro no período 1750-1790⁴⁴. Conforme reporta a tabela 1 (ver Anexos), nota-se que a participação dos homens de negócio ou cavalheiros da Ordem de Cristo no valor total das escrituras com negócios maiores ou iguais a 10 contos é preponderante, assim como a participação de “capitães” e “donas”/“viúvas” é expressiva. Já nas escrituras de 5 a 9,9 contos, tem-se um cenário semelhante. Este se altera quando o valor total das escrituras vai de 1 a 4,9 contos. Nesse caso, nota-se uma tendência cada vez maior à diversidade dos agentes econômicos atuantes, incluindo pessoas de baixos estratos.

Outra instituição importante era aquela que denominamos “banco de informações”. Em termos conceituais, refere-se a um agente ou estabelecimento que, independente de sua função mais aparente, acaba servindo como local onde os agentes trocam dados, sem que isso signifique uma troca equilibrada. Um exemplo desse tipo de agente ou estabelecimento é perceptível no trabalho de J. L. Rosenthal, onde assinala a importância dos notários para o encontro entre quem dispunha de dinheiro e quem precisava dele. Por estarem envolvidos diretamente com todo o tipo de transação e por conhecerem razoavelmente o patrimônio de seus clientes, os notários eram procurados de modo informal para obtenção de informações, o que viabilizava o funcionamento do mercado de crédito⁴⁵.

Os registros de Curitiba e Sorocaba, na rota Sul–Sudeste de animais, também eram exemplares desse fenômeno. Estes eram estabelecimentos de cobrança fiscal. Cada animal que vinha de Viamão ou das Lajes era tributado ali, com preços diferenciados por espécie. O Registro recebia

⁴³ Arquivo Público do Rio Grande do Sul. Inventários *post-mortem*. Rio Grande. 1779-1810.

⁴⁴ Para maiores informações, ver: PESAVENTO, Fábio. *Um pouco antes da Corte: a economia do Rio de Janeiro na segunda metade do setecentos*. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

⁴⁵ ROSENTHAL, Jean-Laurent; HOFFMAN, Philip ; POSTEL-VINAY, Gilles. *Priceless markets: the political economy of credit in Paris, 1660-1870*. Chicago: The University Chicago Press, 2000.

as quantias ou simplesmente apontava os valores, para futura cobrança. A administração do Registro deveria manter um controle das dívidas e das tropas que passavam para posterior relato à Fazenda Real.

A correspondência daquele estabelecimento trata com frequência de cobranças e sequestros de animais de devedores, assim como de problemas enfrentados por tropeiros que ali passavam ou tinham alguma relação mais próxima com os administradores. Neste sentido, aquela correspondência dá conta dos problemas de controle das dívidas enfrentados pela administração dos registros.

Os registros eram paradas obrigatórias para os tropeiros que iam negociar animais do Sul em Sorocaba. Neste sentido, o administrador do Registro e outros empregados nesse trabalho acabavam recebendo informações de diversos tropeiros, trocando dados e, mesmo, mantendo o controle sobre a cobrança de tributos devidos. Sobre uma cobrança efetuada em 1796, Manuel José da Cunha dizia ter recebido “a [carta] de 19 do mesmo com uma inclusa para o alferes Antonio Borges de Almeida o qual ainda não chegou a este Registro mas tenho notícia que breve chegará”⁴⁶.

Nesse trecho não fica claro quem fora o seu informante. Entretanto, em outra carta o mesmo administrador recebia informações diretamente de um tropeiro sobre seus negócios: “O capitão Cezar ainda não recebeu a sua carta de que faz menção na minha e *em conversa* me disse tem mandado pedir dinheiro no D.or José Joaquim para custeio da tropa”⁴⁷. Em outra correspondência, sabe-se que Manuel José também era informado de uns tropeiros por outros, e como estes se dirigiam ao Registro de Curitiba para trocar dados:

O Capitão Cezar já saiu do sertão e ainda não passou nem veio a este Registro esta com a tropa pesteadada e com algum prejuízo de mortandade e me vendo com ele hei de fazer tudo quanto puder a benefício da Casa. João Fernandez Cruz não há notícia de que saia este verão e só o dito Cezar poderá dar notícias mais certas de quando chegará e de tudo que passar a este respeito o participarei a vossa mercê⁴⁸.

Não se tratava apenas de receber ou dar informações dos tropeiros aleatoriamente. Os próprios interesses e curiosidades manifestados no diálogo acabavam informando seus partícipes sobre as intenções do outro. Os registros cumpriam assim a função de dispersar informações, mas de forma muito desigual, já que a proximidade entre os administradores do

⁴⁶ Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos. Referência II – 35, 25, 03.

⁴⁷ Ibid. Grifo nosso.

⁴⁸ Ibid. Grifo nosso.

Registro e seus diversos interlocutores (através da amizade, parentesco, etc.) acabava fazendo com que uns tivessem uma “conta-corrente” mais abastada que outros, em matéria de informação.

Conclusão

Este trabalho foi uma experiência de análise do acesso à informação no Brasil colonial. Para tanto, se empregou uma abordagem ainda pouco difundida, a teoria neoinstitucional, a qual se revelou de grande utilidade para a compreensão de uma economia de Antigo Regime. Conduzir a investigação tendo em conta a identificação de instituições que permitiam o funcionamento da economia apresentou-se como um exercício fértil, na medida em que se pôde “dissecar” com cuidado a realidade complexa encontrada.

Percebeu-se que a informação era um elemento fundamental na sociedade observada. Ela viabilizava uma diversidade de negócios e permitia aos agentes fazer escolhas, dentro de possibilidades bastante circunscritas. A circulação de dados se dava principalmente pela comunicação oral, já que prevalecia o analfabetismo e não havia presença de jornais diários. Todavia, alguns elementos próprios daquela sociedade, como a hierarquia social e o *status* falavam por si, permitindo a reprodução da desigualdade congênita daquele mundo.

Foram apresentados alguns exemplos de fontes e métodos para o estudo da informação, objeto ainda pouco analisado no Brasil. Particularmente, destacou-se a importância das fontes epistolares (correspondência mercantil, especialmente) e dialógicas, já que permitem diversas abordagens metodológicas e podem fornecer pistas sobre diversos aspectos dos meios de circulação de informações.

As principais instituições que viabilizavam o acesso a dados seriam, segundo o que foi visto, a *família*, as *redes*, a *conduta pública*, a *hierarquia social* e o “*banco de informações*”. A possibilidade de interagir incorporando um maior número dessas instituições permitia uma maior facilidade na atuação econômica, uma vez que permitia um conhecimento maior das possibilidades de negócios e dos interlocutores.

Anexos

*Por ser público e notório: notas sobre informação na economia da América Lusa (séculos XVIII e XIX)

Tabela 1: Valor total (VT) dos grupos nas escrituras públicas do Rio de Janeiro (1750-1790)

	> 10 contos		> 5 contos		> 1 conto	
	VT	NE	VT	NE	VT	NE
Homens de negócios e Ordem de Cristo	171.668.000	7	65.160.283	9	46.232.362	19
Igreja	38.400.000	1	56.830.000	6	37.773.462	15
Doutor, desembargador, provedores	30.400.000	3	0	0	26.719.318	9
Dona, viúva	13.932.000	1	34.013.000	5	34.897.880	21
Capitão	10.000.000	1	35.877.300	5	99.615.102	38
Tenente	0	0	14.242.400	2	13.489.370	6
Sargento-mor	0	0	8.900.000	1	13.431.054	6
Alferes	0	0	9.024.000	1	13.900.000	5
Outros	44.000.000	6	110.000.000	35	500.320.068	330

Fonte: Escrituras Públicas do Rio de Janeiro (1º, 2º e 4º Ofícios – Arquivo Nacional). NE = número de escrituras.

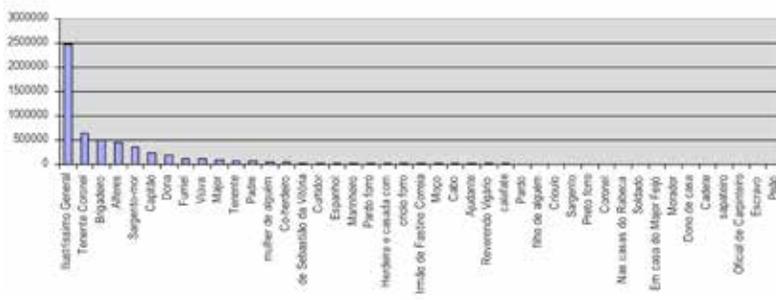


Gráfico 1: Média dos valores devidos por grupos com informação.

Fonte: Inventários do 1o Cartório de Órfãos e Ausentes de Rio Grande. Arquivo Público do Rio Grande do Sul.

Recebido em: 3 de dezembro de 2013

Aprovado em: 19 de janeiro de 2014